



Vitor Vogas

Jornalista de A Gazeta desde 2008 e colunista de Política desde 2015. Publica aqui, diariamente, informações e análises sobre os bastidores do poder no Espírito Santo

Choque entre Poderes

Câmara fala em processar Luciano Rezende se socorro financeiro não vier

Segundo assessor do presidente da Câmara de Vitória, Cleber Felix, se o prefeito não atender ao pedido de mais recursos para a direção da Casa pagar as contas, Mesa Diretora pode abrir processo político-administrativo contra ele

Vitor Vogas

vvogas@redgazeta.com.br

Publicado em 23/11/2019 às 04h00

Atualizado em 23/11/2019 às 04h02





Luciano Rezende não demonstra ter a menor intenção de ajudar o presidente da Câmara, Cleber Felix, a fechar as contas.
Crédito: Amarildo

A **Câmara de Vitória** passa hoje por apuros financeiros. A crise econômica da Casa tem como pano de fundo um conflito político estabelecido entre o grupo do prefeito **Luciano Rezende** e o do atual presidente da Câmara, **Cleber Felix**. Com dificuldades para fechar as contas no encerramento do ano, Clebinho, como é mais conhecido, pediu socorro à Prefeitura de Vitória, com um requerimento de suplementação de R\$ 2 milhões ao orçamento da Câmara – agora, revisto para R\$ 1,5 milhão. Em português claro: mais dinheiro. Muito dinheiro.

Clebinho encontra-se hoje nas mãos de Luciano e não está em posição de negociar. Sua posição é ainda mais delicada por não ser aliado do prefeito. Em agosto de 2018, quando venceu a eleição para a presidência do Legislativo, Clebinho não era o nome preferido de Luciano. Sua chegada à presidência da Casa representou, para o prefeito, uma derrota certamente engasgada até hoje. Não bastasse o passado, há o futuro. Além do revés imposto a Luciano em 2018, Clebinho chegou a se apresentar publicamente como pré-candidato a prefeito em 2020, contra o pré-candidato já lançado e apoiado por Luciano, o deputado Fabrício Gandini.

PUBLICIDADE

Clebinho encontra-se, assim, em uma posição na qual depende fundamentalmente de um chefe de outro Poder que é o dono da caneta e do cofre municipal e que não é, de modo algum, seu benfeitor.

Para as pretensões políticas do presidente da Câmara, a ajuda financeira é imprescindível. Se os recursos extras não vierem, os números indicam que a administração financeira da Casa pode colapsar e, com ela, a presidência de Clebinho. Dos R\$ 2 milhões a mais inicialmente solicitados ao prefeito, quase R\$ 1,4 milhão correspondem a gastos com pessoal, sendo quase R\$ 500 mil referentes a INSS. Se a Câmara não receber essa injeção extra de recursos no apagar das luzes deste ano, corre o risco de não conseguir pagar salários e encargos sociais aos próprios servidores.

Resta ao presidente lutar com as armas que tem. Em conversa com a coluna, ao lado de Clebinho, na última quinta-feira (21), o atual secretário-geral da Mesa, Swlivan Manola, afirmou que a Mesa Diretora pode até abrir um processo contra Luciano, por crime de

responsabilidade político-administrativa, caso o prefeito não faça o aporte pedido. Em tese, um processo como esse pode, no limite, culminar com a cassação do chefe do Executivo.

“A Câmara, nesse caso, deverá até abrir processo de responsabilidade. Isso é uma atribuição específica do prefeito. No artigo 116 da Lei Orgânica Municipal, você encontra os casos de responsabilidade político-administrativa, que é apurada pela Câmara Municipal. Um deles é o não repasse tanto de duodécimo como de pedido de suplementação. O prefeito só poderia negar se a prefeitura não tivesse condições de encaminhar esse dinheiro. Inclusive, a Câmara tem direito constitucional a 5% de toda a arrecadação do município. Se o prefeito não encaminhar o projeto abrindo o crédito suplementar, a Procuradoria da Câmara vai tomar as medidas administrativas, judiciais e políticas.”

Em qual esfera, no caso? “Pode ser tanto uma ação judicial, como na própria Câmara”, responde o secretário da Mesa. Uma ação movida pela Câmara Municipal em face da Prefeitura de Vitória? “Exatamente. Inclusive aberta pela Mesa Diretora. Está lá no artigo 116 da Lei Orgânica. O processo de responsabilidade administrativa é aberto, apurado e julgado pela Câmara. É como se fosse o processo da Dilma Rousseff”, exemplifica.

Por sua vez, o próprio Clebinho ameniza o tom: “Vai depender do que acontecer. Mas acredito que não vai chegar nesse extremo, de a gente ter que fazer isso. Não é o nosso objetivo, de jeito nenhum, apesar das divergências políticas, não vai chegar nesse extremo não, neste momento”.

Confira, abaixo, as declarações completas do presidente da Câmara e do secretário-geral da Mesa.

Veja Também

Mais verba para a Câmara: Luciano Rezende e Clebinho têm reunião tensa

Luciano Rezende manda recado: "Não é 'me dá mais dinheiro'. Economize"

Crise econômica explode em crise política na Câmara de Vitória

Presidente, o senhor acredita que, pelo fato de não serem exatamente aliados, de o

senhor não pertencer ao grupo político do prefeito, ele possa se recusar a atender ao seu pleito por motivações políticas?

Clebinho: Não sei. É difícil responder. Eu acredito que o prefeito não deva pensar por esse lado, até porque a prefeitura tem condições. A arrecadação foi gigantesca. Ele tem esses recursos. Acredito que ele não vá levar por esse lado. Até porque eu também não sou oposição ao prefeito. A gente tem conversado. Eu tenho mantido a minha relação com ele ótima. É claro que divergências na política acontecem. Mas eu não sou oposição nem sou inimigo do prefeito Luciano Rezende.

Mas o senhor acha que ele pode esticar a corda até o último momento, para lhe ensinar uma lição, ou como uma espécie de castigo, retaliação, pelo fato de o senhor ter derrotado o partido dele na eleição da Mesa Diretora no ano passado?

Clebinho: Pode, pode... Eu não faria. Para ter uma gestão responsável, eu não faria isso. Mas não posso responder a uma pergunta que tem que ser feita para ele.

E se, no fim das contas, o pedido não for atendido? Se chegarmos ao fim do ano e o aporte não vier, o que pode efetivamente acontecer na Câmara? Quais serão as consequências práticas disso?

Clebinho: Vou deixar o Sullivan responder, porque aí envolve leis, aí ele pode falar melhor.

Para o secretário, então: do ponto de vista financeiro e orçamentário, se não receber esse aporte solicitado à prefeitura, a Câmara pode deixar de honrar compromissos com fornecedores, prestadores de serviço e até deixar de pagar salários e direitos trabalhistas aos seus funcionários?

Swlivan: Não é possível. Inclusive a Câmara, nesse caso, deverá até abrir processo de responsabilidade. Isso [abertura do crédito adicional] é uma atribuição específica do prefeito. No artigo 116 da Lei Orgânica Municipal, você encontra os casos de responsabilidade político-administrativa, que é apurada pela Câmara Municipal. Um deles é o não repasse tanto de duodécimo como de pedido de suplementação. O prefeito só poderia negar se a prefeitura não tivesse condições de encaminhar esse dinheiro. Inclusive, a Câmara tem direito constitucional a 5% de toda a arrecadação do município. Nosso orçamento nem chega a 3% disso. Os 5% chegariam a algo em torno de R\$ 60 milhões. Então a Câmara já abre mão de um direito constitucional dela para ajudar na administração. Essa negativa pelo prefeito só pode ocorrer se as contas da prefeitura estiverem mal. Lembrando que o orçamento municipal é único. O caixa é único, o orçamento é uma coisa só, a peça é do município. Então, quando se está faltando em alguma unidade administrativa, deve ser feito esse remanejamento entre unidades. É isso que é a suplementação. Se o prefeito não encaminhar o projeto abrindo o crédito suplementar, a Procuradoria da Câmara vai tomar as medidas administrativas, judiciais e políticas.

Quando o senhor fala em medidas judiciais, que tipo de processo seria esse?

Swlivan: Primeiro tem que acontecer para sabermos qual o impacto que isso vai causar: se vai deixar os vereadores sem receber, se são os vereadores e os servidores, se vão ser só os

contratos... Vai ter que acontecer isso. Só a gente vendo para saber qual será a medida. Pode ser um mandado de segurança apenas.

Mas em qual esfera?

Swlivan: Pode ser tanto uma ação judicial como na própria Câmara.

Uma ação movida pela Câmara Municipal em face da Prefeitura de Vitória?

Swlivan: Exatamente. Inclusive aberta pela Mesa Diretora. Está lá no artigo 116 da Lei Orgânica. O processo de responsabilidade administrativa é aberto, apurado e julgado pela Câmara. É como se fosse o processo da Dilma Rousseff.

A Câmara, então, poderia processar o prefeito por irresponsabilidade fiscal?

Swlivan: Responsabilidade política e administrativa. O não repasse, por exemplo, pode influenciar no funcionamento da Câmara.

Isso poderia, no limite, culminar com a cassação do prefeito?

Swlivan: A gente não tem como prever agora.

De volta ao presidente: o senhor acredita que a situação possa chegar a esse ponto?

Clebinho: Vai depender do que acontecer. Mas, respondendo a sua pergunta, eu acredito que não. Acredito que não vai chegar nesse extremo, de a gente ter que fazer isso. Não é o nosso objetivo, de jeito nenhum, apesar das divergências políticas. Não vai chegar nesse extremo não, neste momento, não vai chegar.

Exemplo de pergunta?

Exemplo de resposta!

Veja Também

"Não estou pedindo esmola a Luciano, mas exercitando um direito"

"Culpa por crise da Câmara não é minha. Quem quebrou a Casa foi Clebinho"